

MARIA DAS MERCES TORRÊS PARENTE

POLITICAS ARTESANALES Y ECOLOGIA

É com profunda consciência da responsabilidade que cabe a todos que aqui estamos, neste momento, convocados que fomos por Artesanias de Colômbia e pela Organização dos Estados Americanos - OEA, para a reflexão e tomada de decisão, na forma de ações concretas para o desenvolvimento do setor artesanal, em um dos seus segmentos mais vulneráveis, ou seja, a relação artesanato e meio ambiente.

O jornalista brasileiro, secretário do meio ambiente do

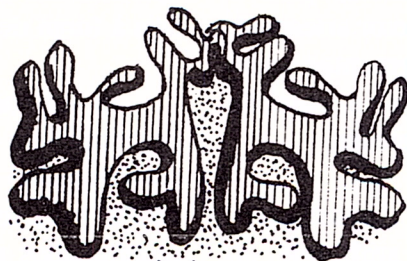
distrito federal, Washington Novaes, em um artigo que escreveu para o Jornal do Brasil, em 05.06.92, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Conferência do Rio, disse: “ainda vamos ter de aprender muito. Esperamos que não seja à força de desastres”.

A aprendizagem, através da percepção do meio ambiente, é um compromisso que os responsáveis pelas políticas governamentais relacionados ao setor artesanal nos

países latino-americanos já vêm cumprindo não apenas estimulados por este momento histórico, quando da convocação no âmbito mundial de salvaguardar o planeta terra. Este evento, do qual estamos participando, retoma a questão que há exatamente onze anos foi abordada em fóruns de artesanato, tais como: Segunda Reunión Técnica de Artesanías Artes Populares en el tema “Ecología, Educación, Cultura Popular”, efectuada por la OEA y el Subcentro de Artesanías e Artes Populares, con sede en Guatemala, em noviembre de 81; en la Primera Reunión Interamericana de Artesanos e Artífices, con el tema, Ecología e Artesanía”, em San José, Costa Rica, realizada por Câmara Nacional de Artesanía y Pequeña Industria (CANAPI) y la OEA, e en la Segunda Reunión Técnica sobre Artesanías - Washington, D.C, noviembre de 1981; en el Encuentro Internacional de Argências e Programas de

Desarrollo Artesanal, septiembre de 83, en el tema 2, “La Tecnología Apropriada y la Ecología en el Desarrollo Artesanal”; sem relatarmos os mais recentes encontros realizados.

Durante a Conferência do Rio, o então Ministério da Ação Social (Hoje, do Bem-Estar Social) - coordenador das políticas para o desenvolvimento do setor artesanal no Brasil - solicitou a inclusão do tema artesanato nos eventos paralelos à conferência, por entender que a contribuição aos debates que se desenvolve em torno da questão é insubstituível, pois esta atividade constitui uma forma ancestral de convívio com a natureza e a que detém mais saberes acumulados, no que agora se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável, ou seja, conciliar a satisfação das necessidades de exploração da natureza atual, assegurando a



satisfação das necessidades das gerações futuras, o que foi aprovado na agenda cultural.

Esta retrospectiva é para afirmar que os técnicos, administradores, gerentes e alguns segmentos organizados de artesãos, envolvidos no delineamento das políticas governamentais em cada país, buscam, incansavelmente, traçar caminhos para harmonizar o saber e o fazer, o conhecimento empírico aliado ao científico, as tecnologias modernas às apropriadas, enfim, buscando aprender e apreender mais para evitar o desastre.

Entretanto, as questões ambientais que vem se agravando no correr destes anos não dizem respeito apenas à categoria profissional de artesãos; é uma questão de ordem estrutural. Aqui merecem algumas considerações os princípios da ordem econômica internacional e a relação sociedade e meio ambiente juntamente com as discussões da conferência do Rio.

Nas três últimas décadas, apesar da ampliação das bases industriais, da expansão da economia, da população que se urbanizou nos

países da América-Latina, é sabido que este processo gerou desequilíbrio por demais conhecidos: concentração de renda, concentração espacial da população, marginalidade, pobreza, acesso inadequado/insuficiente ao mercado de trabalho, e as limitações e dificuldades da população em atuar com eficiência na defesa de seus direitos e interesses.

A urbanização e o crescimento econômico das últimas décadas não foram acompanhados da melhoria dos indicadores sociais em nossos países.

Essa concentração de renda tem refletido diretamente no acesso da população à moradia, aos serviços de saneamento, de saúde, de transporte, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e a outros, essenciais à vida.

Temos que romper com esses modelos de desenvolvimento de resultados perversos, que acabam em tragédia social para atender aos interesses alheios, que teiman em não ver nossos povos, que ignoram nossas realidades e necessidades, que nos transformam em sociedades imundas com seus “lixos civilizados”, que extraem nossos recursos naturais

sem atentar para nossos destinos, que utilizam nossa gente para produzir riqueza para poucos e outros.

Não há reflexão moderna e consistente sobre a questão ambiental que possa deixar de lado a sobrevivência do homem, sua adaptação e convivência com a terra. A modernidade, palavra de ordem da política liberal em voga, é antes de tudo a capacidade de assegurar, em curto espaço de tempo, a neutralização das graves distorções que afetam a organização social e, por conseqüência, colocam em risco o equilíbrio do ecossistema e a sustentabilidade das futuras gerações.

Modernidade é, principalmente, justiça social. Sem que todos tenham acesso aos direitos básicos de alimentação e nutrição, saúde, habitação, saneamento, segurança e trabalho, não se pode alcançar os objetivos concomitantes de harmonização com o meio ambiente, de desenvolvimento e de aperfeiçoamento social, de modo que nossas vidas se façam acreditáveis.

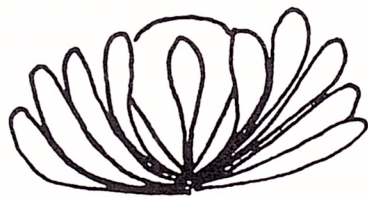
A Carta da Terra e a Agenda 21
- documentos que contêm os

princípios e instrumentos de ação concretos, recursos técnicos e financeiros que direcionarão a humanidade na implantação das questões de desenvolvimento e meio ambiente e a conciliação entre desenvolvimento econômico com preservação ambiental - podem ter frustrado uma parcela significativa da população no mundo. Entretanto, toda problemática abordada e discutida gerou uma massa de informação e de conhecimento num curto espaço de tempo, capaz de mobilizar hoje, em cada país existente no planeta, uma coletividade com postura crítica, consciente e responsável por efeitos positivos para as futuras gerações, capaz de estabelecer uma outra maneira de vida e de relacionamento com a natureza. Daí decorrerá uma nova ordem: uma consciência ética de solidariedade e cumplicidade entre o homem e o meio.



Como afirma Washington Novaes: “É preciso pensar em novos padrões civilizatórios, que poupem recursos, conservem recursos, reciclem recursos... Como diz o relatório brasileiro para a Rio 92, os problemas ambientais são fruto da pobreza e do mau uso da riqueza”.

Durante muitos séculos, a obra individual, submersa no espírito coletivo e inserida no amplo contexto cultural, esteve sob o controle total de seu produtor. O homem dominava todo o ciclo produtivo, desde a produção manual, a circulação até o consumo - este diretamente vinculado às necessidades da vida do próprio artesão. O sistema capitalista de produção, em sua inerente divisão social do trabalho, rompe com alguns princípios básicos do processo artesanal. Há uma pulverização intensa do domínio do homem sobre os materiais, sobre a elaboração



original do produto; há uma sensível desarticulação da continuidade entre produção/distribuição/consumo; há uma desagregação dos valores que fundamentam a própria criação; há um deslocamento radical do objetivo do produto e de seu destinatário - perde-se a função original utilitária ou ritual do objeto.

Uma análise retrospectiva da questão revela que, até a década de 60, o artesanato na América-Latina evoluiu de forma espontânea. A tradição oral e a forma gregária e familiar de produção garantiam a perpetuação dos saberes. A hierarquia - oficial, mestre e aprendiz - consolidava um ciclo natural de formação de novos artífices e assegurava a ligação autêntica com as raízes populares do fazer artesanal.

A urbanização precipitada, a diluição do núcleo familiar rural, com êxodo das novas gerações para núcleos urbanos mais adiantados; a nova ordem da utilização do solo rural e das reservas extrativistas; a paulatina, mas inexorável transfiguração do “modus vivendi” das cidades do interior diante dos apelos tecnológicos, e a transformação dos sistemas de

comercialização tradicionais são alguns dos fatores que têm concorrido para tornar menos provável a sobrevivência de fazeres marcados pela peculiaridade da atividade manual.

Desde então, nos últimos anos, a ação de órgãos externos ao universo particular do artesão tem interferido nas mais diversas maneiras para transformar a atividade numa fonte de renda, com a qual o artesão possa auto-sustentar-se e, também, para assegurar a perpetuação das formas de produção, dos núcleos produtores como símbolo de nossas raízes. Treinamentos substituíram, gradualmente, o processo natural de transmissão das técnicas e das representações que os artesãos têm dos seus produtos. Intermediários tornaram a produções que os artesãos têm dos seus produtos. Intermediários tornaram a produção artesanal adaptável aos meios modernos de comercialização. Formas associativas deslocaram o eixo familiar de produção para organizações sociais mais complexas.

Produtos industrializados substituíram, em diversos setores, a

matéria-prima originalmente de fácil acesso pela via extrativista. Formas mais elaboradas de apoio técnico, social e financeiro interferiram nas formas elementares e primitivas de ação dos artesãos.

Mas, essa interferência externa não assegurou um avanço significativo na cidadania ou uma qualidade de vida satisfatória para aqueles que sobrevivem do seu trabalho manual. Poucas conquistas efetivas foram realmente alcançadas pelo homem, que vive da sua habilidade e do seu talento criativo.

Como conciliar a permanência do tradicional diante da emergência do moderno?

É preciso, então, uma iniciativa maior, que considere a acumulação de experiências anteriores e procure compreender os fatores históricos, econômicos, sociais e políticos ligados: ao artesão e à natureza, às transformações da matéria-prima pela ação manual; aos instrumentos e processos de trabalho; aos objetivos e motivação que impulsionam o artífice e à significação que para ele tem o seu produto tal como é produzido e utilizado.

A partir desses princípios, a ação colectiva empreendida por cada segmento que, direta e indiretamente, está envolvido com o setor artesanal, deve empreender esforços na busca da utopia de conquista de um sistema de produção, divulgação e comercialização do artesanato que, associando a tradição à modernidade, seja compatível com as exigências das estruturas contemporâneas.

Vencido o equívoco da extrema centralização institucional, que vigorou nas estratégias governamentais durante muitos anos, chega-se à compreensão de que não podem existir programas intrinsecamente nacionais, uniformes, rígidos e padronizadores. Qualquer programa que se queira nacional depende essencialmente da participação ativa e diversificada dos agentes locais, dos municípios e dos estados que, de forma adequada e particular, pratiquem ações efetivas de desenvolvimento e promoção

regional. Os governos federais devem abandonar a função eminentemente executiva para enfatizar sua tarefa de coordenador e articulador, procurando, então, assegurar às unidades condições favoráveis para que exerçam seu papel de executoras das ações concretas e decisórias, em última instância, dos destinos de sua história, da evolução de seu potencial.

A concepção dos programas de artesanato deve considerar a história recente da participação institucional na área e enfatizar o papel preponderante do homem como objetivo principal de toda ação técnica ou política. O homem é o centro para o qual convergem todas as metas.

As estratégias concretas de ação dos programas nacionais, em articulação com a rede de instituições públicas e privadas de cada país, devem fundamentar-se em diretrizes e princípios discutidos e estabelecidos



juntamente com os artesãos onde configurem um conjunto de subprogramas locais que, de acordo com as necessidades, contemplem, entre outras, as recomendações emanadas do seminário “Artesanato, Turismo e Meio Ambiente”, realizado como parte integrante da agenda cultural, na Conferência do Rio, de 08 a 12 de junho de 1992, a saber:

- 1) No âmbito das Nações Unidas, implementação, para a América-latina, de um plano de desenvolvimento integral e integrado do artesanato rural e, em especial, o das comunidades indígenas, com particular atenção àquelas atividades artesanais preservadoras dos recursos naturais;
- 2) Estudos prévios de impacto ambiental a serem desenvolvidos também para os processos produtivos do setor artesanal;
- 3) A erradicação das ações depredadoras do setor artesanal por meio tanto do processo educativo como dos mecanismos de controle e fiscalização;
- 4) A ênfase aos objetivos de conservação ambiental, que devem permear as ações educativas, formais e informais, dirigidas aos artesãos e às oficinas artesanais;
- 5) A seleção de usos adequados de matéria-prima e fontes de energia como uma preocupação do setor artesanal, conscientizando o artesão sobre as formas auto-sustentáveis de utilização da natureza e de renovação e recuperação das áreas utilizadas;
- 6) A difusão e intercâmbio entre especialistas e artesãos, para uso e manejo adequado das matérias-primas locais, sejam elas naturais ou recicladas;
- 7) O apoio à adoção de tecnologias apropriadas ou adaptadas, também chamadas de tecnologias em escala humana, que contribuam para a consecução dos objetivos do desenvolvimento auto-sustentável.

Sugere-se, ainda, que os governos criem mecanismos de regulamentação e normatização para o uso adequado, por parte dos artesãos, das reservas, dos parques e de outras unidades de conservação já existentes nas legislações de cada país.

Esta reunião, da qual participamos, constitui a consolidação de um intercâmbio que vem se aprofundando nesta década entre nossos países. São inadiáveis o conhecimento e a incorporação, pelos países Latino-americanos, das soluções encontradas pelos países mais desenvolvidos para superação de obstáculos na longa trajetória de inserção das atividades tradicionais nos processos sociais e econômicos complexos do mundo contemporâneo. Por outro lado, a América-Latina, espelho no qual o primeiro mundo se reflete e se conhece mais profundamente, tanto em suas contradições como em seus avanços, tem um inigualável testemunho e exemplo a oferecer: o de que forma, em condições extremamente adversas, pode-se encontrar - no âmago da inteligência, da criatividade e da sensibilidade dos homens - maneiras tão originais e

peculiares de resistência à dominação simbólica, de catalização de elementos fundadores de uma forte identidade cultural e de estratégias infinitamente próprias e solidárias de convivência harmoniosa com o meio ambiente.

Esta troca, este intercâmbio, esta interação têm sido e sempre serão, temos certeza, enriquecedores para todos os participantes deste evento e servirão de modelo para o mundo.

Nossa tarefa é árdua, lenta, cheia de obstáculos, mas é um desafio que não deixaremos de enfrentar. William Faulkner disse: “me nego a admitir o fim do homem” E a nossa resposta coletiva será sempre no sentido de contribuir para a existência da vida. Temos a certeza de que contribuiremos sempre para uma segunda oportunidade sobre a terra. ■

